



Simpósio de Integração Acadêmica

“Ciências Básicas para o Desenvolvimento Sustentável”

SIA UFV 2023



A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA DURANTE A PANDEMIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA: relato de experiência de uma estudante de Pedagogia

Samara Uellem Martins Camilo - Mestranda em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE/UFV, samara.camilo@ufv.br

Palavras-chave: Educação especial. Período remoto. Estágio

Área temática: Educação | Grande área: Ciências Humanas e Sociais | Categoria: Pesquisa

Introdução

No ano de 2020, as escolas, tanto públicas e privadas passaram a funcionar de forma remota, ou seja, a distância, no qual o contato não era permitido, em virtude da pandemia do Covid-19 ter atingido todo o mundo. Neste novo formato, o ensino e a aprendizagem nas escolas seria realizado a distância. Os professores passaram a ter diferentes formatos no ensino, as salas de aula foram substituídas pelos grupos de WhatsApp e as famílias teriam o papel de intermediar esse processo. Todas essas transformações ocorreram em um período curto de tempo, com encontro de propostas criativas para manter o contato com os estudantes virtuais, e pensar naqueles sem acesso à internet (MACEDO, 2021). Neste cenário repleto de mudanças estavam os alunos dos cursos licenciaturas realizando estágios, sujeitos que tiveram os conhecimentos adquiridos durante o curso desafiados com essa realidade que era apresentada. Toda essa abertura para o novo, uma forma de ensino e aprendizagem nunca vivida anteriormente nas escolas, proporcionou o estágio realizado em uma escola pública experiências únicas e um olhar diferenciado para a educação, motivo que levou a escrita deste relato de experiência.

Objetivos

Analisar a experiência de um estágio supervisionado em Educação Especial ofertado pelo curso de Licenciatura em Pedagogia durante o período remoto.

Material e Método

A metodologia utilizada foi a leitura de artigos que apontam as dificuldades e transformações do período remoto nas escolas, além de autores que discutem as temáticas envolvidas neste processo, como a formação de professores, estágio e educação especial. Além disso, foi feita também uma busca por documentos que abordassem as mudanças dos estágios realizados por alunos de licenciatura neste período remoto, assim como, pesquisas bibliográficas e documentais. Por fim, o relato de experiência do estágio em Educação Especial com acompanhamento de duas professoras regulares da escola onde o estágio foi realizado.

Resultados e Discussão

O estágio em Educação Especial apresentou-se como um desafio duplo, as propostas pedagógicas estudadas e preparadas não obtinham o retorno esperado. Pensar em formas de colaborar com a construção do conhecimento de alunos com condições especiais, mas sem ter o contato presencial, sem conhecer de fato a criança e ainda com a falta de um feedback dos trabalhos realizados com a família foi uma das maiores dificuldades. Nas aulas presenciais é possível estar cotidianamente acompanhado o aluno, entender sua condição, perceber os avanços e onde precisa de mais atenção. Através da convivência cotidiana com os alunos com Necessidades Educativas Especiais é possível acompanhar o seu desenvolvimento e propor atividades dentro de suas possibilidades. O contato apenas com o laudo do aluno, sem essa troca pessoalmente, retira muitas possibilidades do professor, tanto da turma quanto do profissional que atua na sala de recurso.

Conclusões

A educação durante o período remoto, demonstrou inúmeras questões fundamentais para o ensino, no qual a principal é a relação escolar. Para o estagiário esse momento oportunizou conhecer uma educação diferente, em um novo formato, onde a espera era imprescindível tanto dos responsáveis pelos alunos, quanto das ações que deveriam ser tomadas. Porém, as aprendizagens deste momento foram intensas, acompanhar os professores, os alunos e os pais no formato remoto enriqueceu e possibilitou um novo olhar sobre a educação, o ambiente escolar e o conhecimento construído nestes espaços.

Bibliografia

- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ed. 53, 18 mar. 2020. Seção 01, p. 39.
- MARCEDO, Renata Mourão. Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol 34, nº 73, p.262-280, Maio-Agosto 2021.
- NÓVOA, António; ALVIM, Yara Cristina. Os professores depois da pandemia. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, e249236, p. 16, ago. 2021.
- LELIS, I. Convergências e tensões das pesquisas sobre a aprendizagem da docência. In: DALBEN, A.; DINIZ-PEREIRA, J. E.; LEAL, L.; SANTOS, L. (Orgs.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Autêntica, Belo Horizonte, p.188- 201, 2010.